

Plano Colômbia e Iniciativa Mérida: uma análise à luz da Segurança Humana

Plan Colombia and the Merida Initiative: a Human Security approach

Mariana P. O. de LYRA¹

Resumo: O texto traz uma análise do Plano Colômbia e da Iniciativa Mérida em termos de segurança humana, apresentando os desafios da atual política de guerra às drogas na América Latina para garantir a segurança das pessoas e sua contribuição para a diminuição drástica das condições de vida das populações locais.

Palavras-chave: Plano Colômbia. Iniciativa Mérida. Guerra às Drogas.

Abstract: This paper provides an analysis of Plan Colombia and the Merida Initiative in terms of human security, presenting the challenges of the current war on drugs policy in Latin America to ensure security and its contribution to the drastic reduction of living conditions of local populations.

Keywords: Plan Colombia. Merida Initiative. War on Drugs.

Submetido em: 26/08/2014. Aceito em: 01/10/2014.

¹ Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, Brasil). Mestra em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, Brasil). Graduada em Relações Internacionais pela Estácio Recife (Brasil). E-mail: <marianapolyra@gmail.com>.

Introdução

Nos últimos anos, Colômbia e México têm intensificado suas ações para o combate ao narcotráfico. Inseridos na política de segurança hemisférica dos Estados Unidos, os dois países aceitaram os pacotes de ajuda militar e financeira para a Guerra às Drogas, os conhecidos Plano Colômbia e Iniciativa Mérida.

O presente artigo busca explorar como a segurança humana foi colocada em segundo plano em ambas as ações, bem como analisar as implicações dessa escolha nas condições de vida das populações locais. Para tanto, foi necessário contextualizar teoricamente o debate sobre a Segurança Humana, trazendo as vantagens e limitações conceituais da abordagem. Em segundo lugar, foram apresentados os principais aspectos do Plano Colômbia e da Iniciativa Mérida, apontando os avanços e retrocessos alcançados por ambos. Por fim, discute-se como os planos contribuíram para a insegurança dos colombianos e mexicanos afetados pela luta contra o narcotráfico.

Dessa maneira, o artigo procura fazer reflexões sobre as implicações e conseqüências da Guerra contra as Drogas em dois países latino-americanos, sobretudo no que concerne a segurança humana, os direitos humanos e proteção das populações civis, maiores afetadas pela violência associada ao combate ao narcotráfico.

1 Segurança Humana: um conceito contestável, mas útil

Os estudos da Segurança Humana emergem na década de 1990, primeiramente no âmbito da Organização das Nações Unidas

(ONU), com raízes nos direitos humanos, desenvolvimento humano e resolução de conflitos. Essa abordagem securitária aparece como uma tentativa de alterar o referencial da segurança, saindo do Estado para a dimensão humana. Ou seja, o foco recai sobre o indivíduo e as condições de segurança do dia-a-dia, dando voz e visibilidade aos diversos grupos (GJORV, 2012).

A primeira formulação da Segurança Humana remonta ao relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que aglutinou sete aspectos diretamente relacionados aos problemas humanos: econômico, ambiental, pessoal, alimentar, comunitário e de saúde (PNUD, 1994). Ao elevar a importância das necessidades humanas, a abordagem desafia as noções tradicionais de segurança e entende que, assim como a busca por poder é crítica para a sobrevivência do Estado, a procura biológica por segurança (alimento, habitação, direitos, etc.) é universal e, por conseguinte, a falta de segurança é condição determinante para a vida humana.

Por outro lado, não existe consenso sobre a definição de Segurança Humana, tampouco acerca de suas aplicações políticas (DUFFIELD; WADDELL, 2006). O conceito transita entre definições mais negativas, como “[...] um mundo livre de necessidades e livre de medo” (SEN apud SORJ, 2005, p. 42), em que o fundamento epistemológico reside na concepção negativa da segurança, ou seja, medo, perigo e morte (GJORV, 2012). Mas também há as concepções positivas, que circundam a esfera da construção de capacidades e empoderamento dos grupos e indivíduos.

Fundamentam-se, dessa forma, duas visões da Segurança Humana: o *freedom from fear* e *freedom from want*, que têm seu marco conceitual adaptado de acordo com valores e elementos considerados como essenciais à vida com segurança. Além da flexibilidade analítica, a Segurança Humana também é criticada por sua capacidade securitizadora, uma vez que torna prioritário um determinado elemento por meio de uma ação política ou discursiva (BUZAN et al., 1998).

Paris (2001), embora argumente que a Segurança Humana é um conceito impreciso e maleável, frequentemente utilizado pelos Estados na defesa de seus interesses, reconhece seu papel na modificação da agenda securitária internacional, conseguindo vitórias na canalização de recursos para questões de segurança fora do âmbito estatal.

Para efeito metodológico, na análise do Plano Colômbia e da Iniciativa Mérida, o conceito consagrado pela ONU é utilizado para verificar a amplitude das implicações do combate ao narcotráfico para a segurança humana, principalmente em relação às questões de segurança política, econômica, alimentar e comunitária.

No contexto da luta contra o narcotráfico, a Segurança Humana adquire mais dificuldades em aplicar seus princípios devido à existência de múltiplos atores envolvidos – cartéis de droga, forças militares, sociedade civil e classe política – e à dificuldade em articular as estruturas sociais e políticas para a efetividade do combate às drogas. Em outras palavras, o problema advém da incapacidade em compatibilizar os interes-

ses juntamente com a “[...] falta de governança efetiva e um Estado que historicamente tem falhado em conduzir seu papel fundamental, que é a proteção de todos os cidadãos e fornecer os serviços básicos” (SHIFTER, 2005, p. 3, tradução nossa).

É importante destacar que os cartéis de drogas e os Estados são promotores da insegurança humana, e a simples mudança da ação desses atores não é garantia de segurança. Há outras condições para a alteração da segurança humana, como o fortalecimento das instituições legais e políticas e a construção de bases econômicas que venham favorecer as necessidades econômicas das pessoas e grupos.

Dessa forma, as próximas seções deste artigo buscam conduzir duas tarefas: analisar como o Plano Colômbia e a Iniciativa Mérida compartilham características no seu combate ao narcotráfico, focados essencialmente no combate aos cartéis de drogas e na segurança estatal, e argumentar que a promoção da segurança humana, por meio da ampliação do foco da segurança, pode apresentar melhores resultados para o combate ao narcotráfico.

2 Plano Colômbia

A história colombiana é marcada por guerras civis e tensões políticas, com a atuação de grupos paramilitares em parte do território nacional. Nas décadas de 1980 e 1990, a Colômbia testemunhou o aumento do poder da indústria de narcóticos, especialmente a cocaína, provocando o fortalecimento de cartéis de droga em todo o seu território. Esses grupos controlam zonas amplas, tanto na área do Pacífico quanto na Amazônia colombiana. Em 2009, Agência

da ONU sobre Drogas e Crime (UNODC) registrou que aproximadamente 62 mil hectares do território colombiano eram utilizados para a plantação de coca e que o mercado do tráfico movimentou cerca de US\$ 500 milhões (UNODC, 2011a, p. 245).

Durante o governo de Andrés Pastrana, houve tentativas de acordo com os rebeldes, direcionadas à priorização da paz e à possibilidade de substituição das plantações de coca por outras atividades agrícolas legais. A ideia era criar um ambiente de negociação, e não de enfrentamento com os atores envolvidos, o que incluía os grupos paramilitares e a criação de áreas desmilitarizadas. No entanto, em 1999, Pastrana firmou um acordo com os EUA, assinando o descumprimento dos compromissos assumidos junto aos grupos guerrilheiros, o que ocasionou o aumento dos confrontos internos.

A ajuda norte-americana apresentava forte caráter militar e policial, além de prever em seu plano orçamentário aportes financeiros advindos de privatizações de estatais e empréstimos de bancos internacionais. Logo, o conflito na Colômbia tomou a forma de uma tensão internacionalizada:

[...] o paulatino, preciso e persistente envolvimento dos Estados Unidos no conflito interno vem convertendo o país no epicentro de uma guerra de baixa intensidade (TOKATLIAN, 2002, p. 134).

O Plano Colômbia foi uma combinação de uma estratégia antidrogas e contra-insurgente que incluía instrumentos diversos, como os meios militares tradicionais ou o

uso de aviões para o derramamento massivo de pesticidas em plantações de coca. Para Villa e Ostos (2005, p. 10):

[...] o planejamento e a aplicação do Plano Colômbia foram facilitados pela visão da maior parte dos governantes andinos sobre a natureza transnacional da problemática do narcotráfico.

Nesse sentido, alianças foram quebradas com o objetivo de desestabilizar alguns grupos acusados de ameaçar a segurança hemisférica.

Entre 1999 e 2005, apenas 16% do orçamento total do Plano Colômbia foram destinados a programas de desenvolvimento socioeconômico e alternativas de promoção dos direitos humanos. O restante dos fundos foi alocado, primariamente, em atividades militares (57,5%) (ACEVEDO et al., 2008). Além disso, embora o Plano apresentasse cláusulas específicas para a proteção dos direitos humanos, o resultado de sua implementação é bastante negativo: estima-se que o número de deslocamentos forçados em decorrência da Guerra às Drogas fique entre 3 e 5 milhões de pessoas (IDMC, 2010).

Durante a administração de Uribe (2002 – 2010) foram registrados os momentos de maior violência na Colômbia:

[marcados pela] expulsão de terra de pequenos produtores e chacinas provocadas por paramilitares, [...] a Colômbia se tornou o país onde ocorre o maior número de assassinatos de sindicalistas do mundo” (LINS, 2012, p. 469).

O governo colombiano destinou inúmeras propriedades de pequenos agricultores a mineradoras e à monocultura exportadora. Lins (2012, p. 469) pontua que o Plano Colômbia acabou sendo articulado para:

[...] promover políticas neoliberais no país andino, incentivando a privatização e terceirização de serviços de saúde e educação.

O Plano Colômbia foi finalizado em 2007 sem um consenso sobre os seus resultados: de um lado, a clara desmobilização dos cartéis de droga, diminuição dos sequestros e da violência; do outro, o agravamento de problemas ambientais e de segurança humana, o que dizimou a situação socioeconômica de comunidades rurais e aumentou o número de deslocados internos.

Ao perceber que apenas os meios militares não eram suficientes para resolver o problema colombiano, as administrações de Washington e de Bogotá impuseram mudanças ao plano, visando alargar sua atuação e incluir mais atividades de direitos humanos, isto é, uma atuação que melhor integrasse a ação militar e a segurança humana. A ampliação do foco foi um avanço, mas ainda há graves problemas de crimes relacionados às drogas e deslocamentos forçados, principalmente em áreas rurais.

O Plano Colômbia trouxe diversas lições para o combate ao narcotráfico na América Latina e proporciona elementos a outras iniciativas na região. Entretanto, as falhas em proteger a segurança humana aparentemente não foram equacionadas e continuam repetidas em outras ações, como na Iniciativa Mérida, cuja abordagem permanece demasiado militarista e policial.

3 Iniciativa Mérida

Criada em 2007, a Iniciativa Mérida é uma política de cooperação cujo objetivo é:

[...] combater o crime organizado e a violência associada com base nos princípios de responsabilidade compartilhada, confiança mútua e respeito à independência soberana (RESDAL, 2012, p. 65, tradução nossa).

Inicialmente, era dividida em Mérida-México, Mérida-América Central e Mérida-Caribe, todavia, apenas a primeira, Mérida-México, será foco desta análise.

Desde a década de 1930, o México é um grande produtor de narcóticos. No entanto, campanhas dos governos norte-americano e mexicano, principalmente durante a administração Nixon, conseguiram reprimir o plantio da coca com relativo sucesso. A diminuição das plantações foi rapidamente compensada pelo crescimento da indústria colombiana de narcóticos, que se tornou uma das maiores produtoras e fortaleceu conexões com os cartéis de droga mexicanos. Antes assinalado pelo cultivo, o México adquire novo papel: o país de trânsito da cocaína vendida no território norte-americano, o que demanda, por parte dos cartéis, maior controle territorial, sobretudo em áreas de fronteira.

Calderón chegou à presidência do México, em dezembro de 2006, e foi incisivo ao afirmar sua mais alta prioridade: confrontar os cartéis de drogas e seu controle de partes do México. A estratégia presidencial era:

[...] mobilizar as forças federais de segurança do México em áreas específicas para dismantelar os cartéis ou obrigá-los

a operarem fora do México (OLSON; WILSON, 2010, p. 3, tradução nossa).

No ano seguinte, por meio da aprovação da Lei HR 2642 pelo Congresso dos EUA, a Iniciativa Mérida para o México foi firmada. A ação consistia em um pacote bilionário para três anos (2008, 2009 e 2010) de combate ao narcotráfico (BERNADI, 2010). O acordo marcou o redirecionamento das relações entre os EUA e México, agora mais voltadas ao problema do narcotráfico, deixando em segundo plano as questões econômicas. É essencial destacar que a Iniciativa Mérida difere substancialmente do Plano Colômbia, pois não aceita a intervenção militar direta dos EUA ou a presença de agentes militares norte-americanos no México. Somente o apoio relacionado à inteligência policial e militar está previsto no acordo.

Para Velázquez e Schiavon (2009), o presidente Calderón esperava que o governo de Washington reconhecesse suas responsabilidades em relação ao problema, uma vez que os EUA são importantes atores no consumo, tráfico de armas e lavagem de dinheiro, atividades estas que fomentam o narcotráfico. Buscava-se mais que palavras, isto é, dinheiro para uma ação efetiva contra os cartéis mexicanos.

Ao começar a Iniciativa, o governo mexicano mobilizou por volta de 45 mil militares para pontos-chave do país. A medida altamente focada na repressão levou ao aumento da violência associada ao crime organizado: o balanço de mortes desde 2007 é de mais de 50 mil pessoas (OLSON; WILSON, 2010). Nem todos os mortos estavam vinculados ao narcotráfico, mas a maior parte da violência veio da competição entre

grupos rivais e confrontos entre os cartéis e agentes do governo, principalmente em áreas do norte do país.

A crescente violência na fronteira mexicana com os EUA trouxe mais preocupações para Washington, levando Bush e Calderón a estreitarem a cooperação bilateral por meio do fornecimento de equipamentos militares, treinamento e assistência em operações técnicas. Em 2009, no início do governo Obama, o presidente norte-americano expandiu as discussões sobre a iniciativa, agora conhecida como *Beyond Mérida*, que mantém a estratégia inicial e acresce quatro pilares: (1) interromper e desmantelar os cartéis de drogas, (2) institucionalizar o império da lei (*ruleoflaw*), (3) construir uma fronteira do século XXI e (4) construir comunidades fortes e resilientes (OLSON; WILSON, 2010).

Embora o *Beyond Mérida* traga melhoras quanto à ampliação do enfrentamento ao narcotráfico, o viés militarista prevalece em essência. Há a priorização da segurança estatal em detrimento da segurança humana. Em ambas as ações, a maior parte dos recursos é direcionada à assistência militar, controle de narcóticos e erradicação de plantações, enquanto programas para o desenvolvimento socioeconômico recebem a menor fatia de recursos, comprometendo a segurança humana.

Ao impulsionar o papel militar na luta contra as drogas, a Iniciativa Mérida e o Plano Colômbia criam sociedades militarizadas, em que a segurança dos indivíduos fica em segundo plano. Instaura-se a sociedade do medo, situação que auxilia a fomentar o narcotráfico, já que o mercado de drogas também segue a lei da demanda e da

oferta. Em um ambiente mais arriscado para a produção e comercialização dos entorpecentes, os preços sobem e o produto torna-se mais lucrativo. O atual modelo de Guerra às Drogas, portanto, incita a descentralização do narcotráfico e o torna mais complexo, reforçando uma guerra de baixa intensidade e o desrespeito aos direitos humanos.

4 Colômbia e México: a deterioração da segurança humana na guerra às drogas

Embora distantes geograficamente, o narcotráfico consegue conectar a Colômbia e o México em uma rede complexa que envolve altas somas de dinheiro e muita violência. É sabido que atividades ilegais costumam encontrar abrigo em ambientes onde a lei, ou mais apropriadamente o Estado, está ausente. Essa condição permite que ambos os países sejam terreno frutífero para o narcotráfico. Os Estados colombiano e mexicano têm historicamente encontrado dificuldades para superar problemas socioeconômicos, por questões internas ou externas.

Piñeyro (2010) argumenta que a desconexão entre as políticas de segurança nacional e um projeto de desenvolvimento econômico inclusivo, ambientalmente sustentável, participativo e democrático ocasiona a crise de legitimidade das ações. O baixo investimento em atividades produtivas e e serviços públicos fornece combustível para a deterioração das relações sociais. Ademais, Duran (2008) observa outro problema associado ao narcotráfico: a mudança cultural, em que a ideia de “dinheiro fácil” é incitada, estimulando a criação rápida de riqueza, sobretudo por meio ile-

gais. O autor explica que um comportamento estatal repressivo associado à ineficiência do Estado em mediar conflitos e garantir condições mínimas de vida tornam o narcotráfico ainda mais atraente, principalmente para os jovens.

Nesse contexto, a guerra empreendida nos últimos anos com apoio de Washington apenas exacerbou as questões adjacentes que fomentam o mercado das drogas, cujo modelo militarista, apesar de alguns avanços, mostrou-se insuficiente para diminuir a violência e solucionar o problema. Pelo contrário, o que se observou foram o aumento da letalidade do conflito e a ampliação da sociedade do medo, estimulando o crescimento da indústria de entorpecentes.

Uma possível saída para a situação seria a adoção de um modelo baseado na abordagem da Segurança Humana, em que as categorias trabalhadas pelo PNUD sejam os pilares para o novo enfrentamento das drogas, isto é, a segurança econômica, ambiental, pessoal, alimentar, comunitária e de saúde. No entanto, durante o Plano Colômbia e a Iniciativa Mérida, todos esses pontos-chaves foram seriamente comprometidos pelas ações da Guerra contras as Drogas.

Economicamente, Colômbia e México possuem altos níveis de pobreza e desigualdade social, condições que dificultam a atuação contundente das instituições democráticas (políticas e jurídicas). Segundo dados do UNODC (2011b), cerca de 80 mil famílias colombianas dependiam do plantio de coca e papoula para sua sobrevivência, sendo uma das principais fontes econômicas em algumas regiões, notadamente áreas rurais. Os esforços empregados na

Guerra às Drogas trazem como efeito colateral a insegurança financeira para milhares de famílias mexicanas e colombianas cujo sustento depende desses cultivos, os quais se revelam mais rentáveis que o plantio de café ou açúcar, por exemplo.

Com efeito, a Guerra às Drogas desencadeou sérias implicações políticas internas, retirando o foco estatal dos programas sociais para o militarismo. A equação constitui um grande paradoxo no combate às drogas: o sacrifício das condições de sobrevivência humana quando, na realidade, essa é a raiz do problema (DURAN, 2008). Por outro lado, uma abordagem mais centrada na segurança humana complementaria as políticas de segurança por meio da promoção de políticas públicas que favorecessem o desenvolvimento humano. Nesse sentido, a Iniciativa Mérida e o Plano Colômbia falharam, e a estratégia de erradicação das plantações não apresentou alternativas de desenvolvimento econômico para as populações locais. Ao manter o foco estritamente na segurança estatal, as duas ações negligenciam as raízes da indústria de entorpecentes, a pobreza, a desigualdade social e a ausência do Estado.

Ao componente econômico ligam-se intrinsecamente as questões de segurança ambiental, alimentar e de saúde. Portanto, ao eliminar a principal fonte de renda das populações das áreas envolvidas na luta contra o narcotráfico, minam-se as condições de subsistência dos indivíduos. A erradicação das plantações não apenas comprometeu a segurança econômica, mas também ocasionou o aumento das migrações forçadas e a degradação ambiental.

O uso de métodos controversos para estragar os plantios de papoula e coca, como a pulverização aérea de pesticidas em mais de 30 mil hectares durante o Plano Colômbia, trouxe sérias ameaças à segurança ambiental, incluindo a falta de água e a contaminação do solo (COMBATE..., 2000). Além disso, a UNODC (2008) alerta que essas substâncias tóxicas podem ser carregadas pelo vento e pela correnteza dos rios, contaminando milhares de plantações legais ao longo do caminho. Assim, a utilização massiva de pesticidas torna necessária a busca por novas propriedades para o restabelecimento das plantações, legais ou ilegais. No caso do plantio de drogas, os narcotraficantes procuram lugares escondidos e afastados, como a Amazônia colombiana, favorecendo o desmatamento e ameaçando a fauna.

Embora a Iniciativa Mérida não preveja o uso de pesticidas, as queimadas configuram uma das práticas mais comuns para erradicação das plantações, o que leva à degradação do meio ambiente, deterioração da biodiversidade local e migrações forçadas. Ademais, agravam-se os problemas respiratórios nos indivíduos, mesmo aqueles fora das áreas-foco, uma vez que o vento carrega as fumaças por quilômetros.

Os problemas ambientais ocasionados pela Guerra às Drogas impactam diretamente a segurança alimentar e de saúde. A escassez de áreas de plantio aliada à contaminação de rios sabotam as condições de produção de comida em diversas áreas. Tal situação leva as pessoas a migrarem em busca do sustento e de atendimento de saúde (GARCÍA ZAMORA, 2012). O panorama é ainda mais grave na Colômbia, pois a criminalização da coca, planta tradicional utilizada

pelos indígenas como fonte nutricional, medicinal e espiritual, impede que os indivíduos a consumam, esbarrando nas tradições culturais das populações locais.

Quanto à segurança pessoal e comunitária, o Plano Colômbia e a Iniciativa Mérida deixaram um saldo de mais de 230 mil mortes e 200 mil migrantes forçados (IDMC, 2010). Sua principal causa é a violência ocasionada pelos confrontos entre militares e narcotraficantes e pela tensão entre os próprios grupos traficantes pelo domínio dos territórios. Todavia, a estratégia focada na destruição dos plantios também tem papel fundamental da degradação das condições de sobrevivência.

Para o PNUD (1994), a segurança pessoal relaciona-se com a ausência de danos físicos, o que inclui a ausência de violência política e o respeito aos direitos humanos. Já a segurança comunitária é tratada como a liberdade de associação dos grupos, que podem fornecer identidade cultural, apoio ou proteção. O Plano Colômbia e a Iniciativa Mérida promoveram a derrocada das condições de segurança pessoal e comunitária através de sua extrema militarização e desrespeito aos direitos humanos.

De acordo com a Human Rights Watch (2012), desde a implementação da Iniciativa Mérida, o México registrou um aumento nas denúncias de violações aos direitos humanos provocados por oficiais do governo, a exemplo de sequestros, torturas e detenções arbitrárias. A Organização acusa o governo mexicano de não fornecer proteção adequada aos grupos vulneráveis, nem de investigar adequadamente os casos de violações desses grupos. Além disso, constata-se o aumento de casos de

violência de gênero, que se agrava pela cultura machista e inobservância das autoridades na ocorrência do crime.

A estratégia da Guerra às Drogas na Colômbia e no México, privilegiando a ação militar em detrimento de ações mais ampliadas, falhou em promover segurança nesses países. Pelo contrário, fomentou abusos contra os direitos humanos, migrações forçadas e a violência. A Segurança Humana, por outro lado, poderia diminuir o medo instaurado. Ao priorizar a segurança das populações e o desenvolvimento socioeconômico local, a abordagem fornece melhores ferramentas para a luta contra o narcotráfico e a violência associada na Colômbia e no México.

Considerações Finais

Embora seja questão de segurança nacional, o problema do narcotráfico na Colômbia e no México tem suas raízes na pobreza e nas debilidades estatais em prover as condições mínimas de sobrevivência para suas populações. Esses Estados são marcados pela desigualdade social e economias vulneráveis, situação agravada com a crise da dívida nos anos 1980 e as reformas neoliberais na década de 1990.

O Plano Colômbia e Iniciativa Mérida guardam similaridades: configuraram-se em coordenação bilateral com os norte-americanos e foram guiados por concepções militaristas. Ambas as ações representam a continuidade de práticas neoliberais, que aprofundaram a dependência desses Estados em relação aos EUA, além de serem tragados para o projeto hemisférico de segurança proposto por Washington.

Ademais, o demasiado foco nas questões militares e policiais, tomadas como mantenedoras da ordem, conduziu a uma série de violações dos direitos humanos e enfraquecimento de instituições democráticas. O medo promovido pelos Estados lembra táticas de guerra, mesmo que de baixa intensidade, e levam à criminalização de populações, sobretudo camponesas.

Dessa forma, ressalta-se a necessidade de ampliação do escopo de planos como os analisados para permitir ações multidisciplinares que envolvam mais diretamente projetos de desenvolvimento socioeconômico. A diminuição da violência empregada e o arrefecimento da migração forçada decorrente auxiliam a evitar a expansão do narcotráfico, gerando um contexto em que o problema pode ser mais bem resolvido. Assim, os esforços militares devem ser empregados com políticas de promoção de serviços públicos básicos - como a melhoria da economia e da educação, o aumento do nível de emprego e a disseminação de tecnologias para aprimorar a produção dos pequenos agricultores -, a fim de que a plantação de cultivos legais possa ser minimamente rentável, assegurando fonte de renda para as populações.

A abordagem da Segurança Humana, portanto, apresenta melhores oportunidades para o sucesso na luta contra as drogas. Seu *framework* voltado para a segurança econômica, alimentar e a construção de capacidades junto às populações locais fornecem instrumentos mais adequados para a resolução do problema. Além disso, a abordagem mais ampla permite maior legitimidade das atividades estatais, visto que prevê o fortalecimento das capacidades institucionais, principalmente jurídicas e

políticas, nas quais o respeito aos direitos humanos é o cerne de qualquer ação empreendida.

A estratégia adotada por Colômbia e México é fundamentada nas diretrizes de Washington. Entretanto, a linha de ação norte-americana remonta os anos 1970, que já se mostrou ineficiente em diversos momentos. A Guerra contra as Drogas é uma guerra perdida, em que apenas o redirecionamento do foco, de modo que abarque um leque maior de ações, especialmente ligadas à segurança humana, pode trazer novos rumos para a diminuição do problema do narcotráfico e a violência associada.

Referências

ACEVEDO, Beatriz et al. **Ten years of Plan Colombia: an analytic assessment.** The Beckley Foundation: set, 2008.

BERNADI, Bruno Boti. A Guerra Mexicana contra o narcotráfico e a iniciativa Mérida: desafios e Perspectivas. **Meridiano**47, v. 11, n. 120, p. 60-65, 2010.

BUZAN, Barry et al. **Security: a new framework for analysis.** London: Lynne Rienner Publishers, 1998.

COMBATE ao narcotráfico pode destruir florestas colombianas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 abr. 2000. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/equilibrio/equi20000816_ultnot.shtml>. Acesso em: 25 jul. 2014.

DUFFIELD, Mark. WADDELL, Nicholas. **Securing Humans in a Dangerous World.**

International Politics, v.43, n. 1, p. 1-23, 2006.

GARCÍA DURÁN, Arturo. La problemática del desarrollo en zonas afectadas por conflictos armados. In: GONZÁLEZ, Fernan et al. **Hacia la reconstrucción del país: territorio, desarrollo y política**. Bogotá: Ed. Antropos, 2008.

GARCÍA ZAMORA, Rodolfo. **Migración internacional, crisis y el reto de diseñar nuevas políticas públicas**. Zacatecas: Universidad Autónoma de Zacatecas, 2012.

GJORV, Gunhild Hoogensen. Security by any other name: negative security, positive security, and a multiactor security approach. **Review of International Studies**, n. 38, p. 835-859, 2012.

HUMAN RIGHTS WATCH. **México: acontecimientos de 2012**. Disponível em: <<http://www.hrw.org/node/113366>>. Acesso em: 25 jul. 2014.

IDMC. **Colombia: government response improves but still fails to meet needs of growing IDP population**. 2010. Disponível em: <<http://www.internal-displacement.org/americas/colombia/2010/government-response-improves-but-still-fails-to-meet-needs-of-growing-idp-population>>. Acesso em: 25 jul. 2014.

LINS, João Vicente Nascimento. O Plano Colômbia e o impacto nas relações entre Brasil e Colômbia. In: SEMINÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS: TECENDO DIÁLOGOS SOBRE A PESQUISA SOCIAL, 9, out. 2012, Maringá. **Anais...** Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2012. p. 461 – 474.

OLSON, E.; WILSON, C. **Beyond Merida: the evolving approach to security cooperation**. [S. l]: Woodrow Wilson Center for International Scholars, Trans-Border Institute, University of San Diego, 2010. (Working Paper Series on U.S.-Mexico Security Cooperation).

PARIS, Roland. Human security: paradigm shift or hot air?. **International Security**, Cambridge, v. 26, n. 2, p. 87-102, 2001.

PIÑEYRO, José Luis. Las fuerzas armadas mexicanas en la seguridad pública y la seguridad nacional. In: ALVARADO, Arturo.; SERRANO, Mónica (Coord.). **Seguridad Nacional y Seguridad Interior: los grandes problemas de México**. México DF: El Colegio de México, 2010.

PNUD. **Human Development Report 1994: new dimensions of human security**. Nova Iorque: Oxford University Press, 1994.

RESDAL. **Atlas Comparativo de la defensa en América Latina y Caribe**. Edición 2012. Disponível em: <<http://www.resdal.org/atlas/atlas12-05-relaciones-hemisfericas.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2014.

SHIFTER, Michel. **Towards Greater "Human Security" and Peace in Colombia**. Jul. 2005. (Inter-American Dialogue: working paper). Disponível em: <<http://dspace.cigilibrary.org/jspui/bitstream/123456789/17784/1/Towards%20Greater%20Human%20Security%20and%20Peace%20in%20Colombia.pdf?1>>. Acesso em: 25 jul. 2014.

SORJ, Bernardo. Segurança, Segurança Humana e América Latina. **Sur - Revista**

Internacional De Direitos Humanos, v. 3
n. 2, p. 41-59, 2005.

TOKATLIAN, Juan Gabriel. Colômbia: mais insegurança humana, menos segurança regional. **Contexto Internacional**, v.24, n.1, p. 129-166, 2002.

UNODC. **Coca Cultivation in the Andean Region**: a survey of Colombia, Bolivia and Peru. Vienna: UNODC Publications, 2008.

UNODC. **World Drug Report 2011**. Vienna: United Nations Publications, 2011a.

UNODC. **Colombia**: from illicit drugs to sustainable livelihoods. Vienna: United Nations Publications, 2011b.

VELÁZQUEZ, Rafael; SCHIAVON, Jorge. **La Iniciativa Mérida en el marco de la relación México-Estados Unidos**. México D.F.: Centro de Investigación y Docencia Económicas (CIDE), 2009. (Documento de Trabajo, 186).

VILLA, Rafael Duarte; OSTOS, Maria del Pilar. As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança. **Rev. Bras. Polít. Int.**, v. 48, n. 2, p. 86-110, 2005.